

Anais da Assembléia

CURITIBA, 28 E 29 DE MAIO DE 1974

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANA

COMISSOES PERMANENTES

4.a SESSAO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSAO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETARIO — Jorge Sato

2.º SECRETARIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETARIO — David Federmann

4.º SECRETARIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISAO DAS COMISSOES

COMISSOES TECNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSAO LEGISLATIVA

COMISSAO DE CONSTITUICAO E JUSTICA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovídio Franzoni — Quilse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacii — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETARIO: Rita Celestino Soares

REUNIOES: As quartas-feiras

COMISSAO DE ORCAMENTO

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETARIO: Elcy Silva Baptista

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacii — Borsari Netto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETARIO: Merlene Couto de Cristo

REUNIOES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSAO DE INSTRUCAO PUBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETARIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE TERRAS, IMIGRACAO E COLONIZACAO

PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETARIO: Agilides de Oliveira Martins

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE SAUDE PUBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguiinaldo Pereira Lima — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETARIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETARIO: Maria Stella de Amaral Gurgel

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quilse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguiinaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETARIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIOES: As terças-feiras

COMISSAO DE POLICIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETARIO: Lóris Cordelro de Barros

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE REDACAO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETARIO: Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguiinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quilse Crisóstomo da Silva — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETARIO: José Tavares Canto Filho

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETARIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 79ª Sessão Ordinária
Realizada em 28 de Maio de 1974 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e David Federmann.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aguinaldo Pereira Lima — Antônio Bellinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacii — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quíelise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares e Olavo Ferreira (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79 e 80-74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

23-74: — Oriundo de Mensagem Governamental, sob o n.º 14-74, objetivando majorar, a partir de 1.º de março do corrente ano, os vencimentos dos Cargos Efetivos e em Comissão do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como, dos integrantes da Polícia Militar do Estado, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.537. — Agradeça-se.

3-74: — Do Senhor Deputado João Mansur, que declara de utilidade pública, o Centro de Estudos de Comércio Exterior — CACEX, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.536. — Agradeça-se.

245-73: — Do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Samuel Klabin, Diretor Presidente das Indústrias Klabin do Paraná e Celulose S.A., o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.538. — Agradeça-se.

242-73: — Do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Médico Arnaldo Moura, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.539. — Agradeça-se.

237-73: — Do Senhor Deputado Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública, a Irmandade de Santa Casa de Uraí, com sede na cidade do mesmo nome, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.540. — Agradeça-se.

255-73 — Do Senhor Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa, que declara de utilidade pública, o Clube do Esportadores do Paraná, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.541. — Agradeça-se.

285-73 — Oriundo de Mensagem Governamental, sob o n.º 105-73, que concede a COPEL, poderes para oferecer Quotas de Imposto Único, sobre Energia Elétrica que couberem ao Estado do Paraná, em garantia ou contra garantia de obrigações que aquela Empresa assumir até o limite cumulativo de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.542. — Agradeça-se.

36-70 — Oriundo de Mensagem Governamental, sob o n.º 9-70 que eleva para Cr\$ 161.646.928 00 o limite da garantia do Estado, em Contrato de Financiamento celebrado pela Eletrobrás e Eletrocap, de que tratam as Leis que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.543. — Agradeça-se.

Sob o n.º 70 e 72-74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei n.ºs:

86-73 — Do Senhor Deputado Quíelise Crisóstomo da Silva, que visa autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, a celebrar convênio com a Prefeitura Municipal de Santo Inácio, objetivando construir um prédio destinado à delegacia de Polícia local. — A C.C.J.

111-73: Do Senhor Deputado João Cali Fadel, que visa autorizar o Poder Executivo através da Secretaria dos Transportes, a construir uma estrada de rodagem ligando os Municípios de Jaguariava e Antonina, neste Estado. — A C.C.J.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 90-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no regimento interno, após ouvido o plenário, respeitosamente...

REQUER a inserção em Ata de um voto de profunda consternação pelo passamento do ilustre e prestante cidadão Francisco Matheus Albizu. Personalidade das mais marcantes, o extinto dedicou sua profcua existência, independentemente de outras enobrecedoras atividades, à causa do ensino, atuando, como professor em vários estabelecimentos de ensino da Capital. Foi fundador da Escola de Educação Física do Paraná ex-ácido consular, Presidente da Sociedade Socorro aos Necessitados e Presidente da Liga de Deesa Nacional. Casado com a Sra. Rosa Albizu e pai da Dra. Vivian, casada com o Dr. Jayme Drummond de Carvalho, e do Dr. Robert William Albizu, casado com a Dra. Jandira Gasparin Albizu, deixou vários netos.

A notícia do seu falecimento, como não poderia deixar de ser, repercutiu dolorosamente, razão por que o presente Requerimento exterioriza o pnsamento do povo paranaense traduzindo modesta homenagem a quem muito lutou em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Aprovado o requerimento, solicita o autor seja a decisão da Casa comunicada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1974.

(a) — Erondy Silvério.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, respeitosamente...

REQUER a consagração em Ata de um voto de congratulações à Diretoria da "União Recreativa Cultural Ahu — URCA", sociedade esportiva, recreativa, cultural e social de Curitiba, surgida da fusão dos tradicionais clubes "Ope- rário Sport Clube do Ahu" e "Sociedade Cultural Beneficente Ahu". A novel entidade, congregando, pela unificação, pessoas de elevada representação e patrimônios consideráveis, por sem dúvida adquiriu sólida condição para destacar-se em todos os setores de suas atividades, vindo em futuro próximo, a constituir motivo de justificado orgulho e engrandecer os sentimentos paranaistas de nossa população, motivo por que o signatário, além do voto proposto, solicita fique consignada a certeza de que os esforços da Diretoria empossada coroarão de louros a iniciativa concretizada pela vontade dos associados dos clubes que se fundiram.

Aprovado o Requerimento, solicita o autor seja a decisão da Casa comunicada ao sr. Joaquim Ferreira, Presidente da "União Recreativa Cultural Ahu", com endereço a Rua Alberto Poloni, n.º 420, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1974.

(a) — Erondy Silvério.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos do Regimento Interno, requer, depois de ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de aplausos ao Presidente Ernesto Geisel, pela feliz indicação do nome do Sr. Jayme Canet Júnior, para candidato da Arena à Governança do Paraná, no próximo quadriênio.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1974.

(a) — Ivo Thomazoni

JUSTIFICATIVA:

A indicação pelo Presidente Ernesto Geisel do nome do Sr. Jayme Canet Júnior para candidato da Arena ao Governo do Paraná repercutiu bem em todas as classes de nosso Estado. Trata-se, indubitavelmente, de um homem perfeitamente identificado com os problemas do Paraná, uma vez que de há muito desenvolve ampla atividade privada, nos setores agrícolas e pecuário de nosso Estado, estando também, a par dos grandes problemas que afetam a nossa comunidade e o nosso Estado. De uns tempos para cá, o Sr. Jayme Canet Júnior passou a dedicar-se, com mais ardor, às lides políticas, ao lado do Senador Ney Braga e outros grandes líderes de nossa vida política, destacando-se, igualmente, nos diversos cargos públicos que ocupou e ocupa, presentemente, na vice-Governança do Estado. Estamos certos de que o Sr. Jayme Canet Júnior — nosso abnegado companheiro de Partido — há de cumprir, na chefia do Executivo paranaense, uma atuação digna da confiança que lhe foi depositada pelo Presidente Ernesto Geisel e pela Revolução. Nossa esperança é de que, com Jayme Canet Júnior, prossiga o atual clima de tranquilidade e desenvolvimento infundido pelo Governador Emílio Gomes no seio da comunidade paranaense.

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1. O sucesso absoluto da competição automobilística realizada domingo último na cidade de Rio Negro;

2. A efetiva participação do DETRAN na fiscalização da prova, cuja arrecadação foi totalmente destinada à Casa do Menor Ana Zorning, entidade modelo no atendimento assistencial;

3. A colaboração de associações futebolísticas, que no período vespertino motivaram a presença de numeroso público no local.

Requeiro à Mesa, regimentalmente, a consagração na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje de voto de regozijo aos seguintes funcionários do DETRAN: Armando Braga de Moraes Filho, coordenador geral da competição automobilística, na qualidade de delegado especial da Federação Paranaense de Automobilismo; Ten. Wellington Wagner Ribeiro, responsável pelo esquema de segurança executado com perfeição; Sgto. José Condol da Silva; cabos Ivo Agibert e Almiro Ribeiro; srs. Irineu Filheiro e Joaquim Messias da Silva Filho.

Igualmente requeiro a extensão de voto de regozijo aos srs. Edgar Pinto Presidente da comissão organizadora da prova; Srs. Carlos Luis Lauer, Almir Mares, Eduardo Nassif, vereador Agostinho Araújo, José Marcolino Martins, Professor Leni Rodrigues, Drs. Hélio B. Belleh, Armando Zocalle Filho e Anor Ditter Pinto, e enfermeiras do Hospital Bom Jesus.

Finalmente, solicito a mesma homenagem às diretorias da Casa do Menor Ana Zorning; do Grêmio Esportivo Rodoviário Rionegrense; a Associação dos funcionários da TV-Iguaçu, Canal 4, cuja equipe participou de competição futebolística, e ao Sr. Pedro de Souza, do Touring Club do Brasil.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Exmo. Sr. Dr. Marcos Prado, diretor do DETRAN, ao Exmo. Sr. Dr. Alceu Swaprowski, Prefeito Municipal de Rio Negro, ao Exmo. Sr. Otacilio Belém, presidente da Câmara Municipal de Rio Negro; ao Dr. Paulo Cruz Pimentel, diretor presidente da TV-Iguaçu, Canal 4, e aos demais homenageados.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1974.

(a) — Mauricio Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja enviado apelo ao Senhor Secretário da Fazenda, Doutor Affonso Alves de Camargo Neto, no sentido de que aquela autoridade estadual providencie a construção de uma sede nova para o Posto Fiscal da Agência de Rendas de União da Vitória, sediada na localidade de Rio da Areia.

Justifica-se o presente Requerimento. Senhor Presidente, haja vista de que, em data de 3 de agosto de 1971, fizemos idêntico apelo à autoridade então constituída, sem nada de efeito, e o péssimo estado em que se encontrava o atual posto, com o correr desses três anos, piorou, em muito; estando aquela antiga construção, um simples abrigo, a quase ruir, não oferecendo assim as mínimas condições de segurança para os funcionários que ali labutam.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1974.

(a) — Domício Scaramella.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições e na forma preconizada pelo Regimento Interno, requer, após ouvido o Plenário seja enviado um apelo aos Excelentíssimos Senhores Coronel Stanley Fortes Batista e Engenheiro Paulo Procopiack de Aguiar, respectivamente Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de que sejam tomadas energéticas providências, através dos órgãos competentes, quanto a fiscalização de veículos que transitam por rodovias federais e estaduais, notadamente no norte do Estado, transportando explosivos, sem que sejam tomadas as mínimas precauções determinadas em lei.

Tem-se notícias de que firmas empreiteiras, naquela região do Estado, estariam transportando explosivos sem observância dos elementares preceitos que regem a matéria. Sabe-se que em um só veículo são transportados explosivos, geralmente dinamite, espoletas e gelatinas, quando a técnica, para evitar explosão, indica que tais materiais devem ser transportados separadamente.

Por outro lado, é imperativo legal que os veículos que transportem explosivo deverão ter suas carrocerias pintadas de cor verde e uma faixa horizontal, branca, de 40 cm. de largura, em toda a sua extensão, a meia altura, na qual deverá conter o distico, "INFLAMÁVEL", "EXPLOSIVO" ou "MATERIAL FISSIL", pintado com tinta refletora de cor vermelha, nas laterais e na trazeira, e que não vem sendo respeitado, em flagrante desacato ao Decreto Federal n.º 62.127, de 16 de janeiro de 1968.

Além disso, a medida ora solicitada visa, antes de tudo, evitar uma catástrofe de proporções imprevisíveis, notadamente se tal fato vier a ocorrer no quadro urbano ou suburbano de alguma cidade.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1974.

(a) — Muggiati Filho.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Ilustrado Plenário desta Assembléia Legislativa,

REQUER:

1.º — seja encaminhado expediente ao senhor Doutor João Elizio Ferraz de Campos, Digníssimo Superintendente da Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR — solicitando-lhe informar se já foi ou quando será liberada a verba destinada à construção de UMA SALA DE AULA, na localidade de Barra do Ararapira, Município de Guaraqueçaba, neste Estado.

2.º Seja, desta decisão, dado ciência através de cópia de inteiro teor a ser encaminhada ao Vereador Luiz Fernando Krueger, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Guaraqueçaba, Pr.

3.º — seja ainda, desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Governador Emílio Gomes, para conhecimento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 26 de maio de 1974.

(a) — João Fadel.

JUSTIFICATIVA:

A Escola Isolada de Barra da Ararapira, no Município de Guaraqueçaba, vinha funcionando até dias atrás em uma espécie de galpão, sem o mínimo de conforto e segurança quem para os alunos em número de 35 (trinta e cinco) quer para a professora, que estavam sob constante risco de integridade física pela ameaça permanente de queda do telhado da construção. Agora, nem com esse galpão podem contar aquelas crianças para aprenderem os rudimentos da alfabetização, pois que afinal ocorreu o desabamento como de há muito previsto, ficando, portanto, paralizadas as atividades escolares naquela localidade e criando um problema sócio-educacional que deve ser prontamente solucionado pela ação do Poder Público.

A Fundação Educacional do Estado do Paraná já conhece a alarmante situação de há muito tempo, tanto que em sua programação para o exercício corrente incluiu a construção de uma sala de aula na Barra do Ararapira. Não obstante, talvez por não ter sido corretamente avaliado o risco de queda do galpão onde funcionava a escola, até o presente momento a FUNDEPAR não autorizou a liberação da verba destinada àquela construção, o que deve agora ser feito imediatamente, inclusive devendo o órgão determinar prioridade um para a execução da tarefa, sob pena de ocorrer um desestímulo geral entre os alunos e seus pais, que veem frustrados seus esforços de frequência escolar, aqueles, e estes porque não compreendem lhes seja imposta a obrigatoriedade de liberarem seus filhos de tarefas agrícolas onde seus braços são necessários, para afinal ficarem parados, porque o prédio da escola ruíu.

Entendamos que o Ilustrado Superintendente da FUNDEPAR desconhece a calamitosa situação descrita e, por isso, receberá este Requerimento como contribuição positiva a atuação altamente elogiável do órgão que dirige com proficiência, daí porque temos por certo que o apelo contido no mesmo será atendido imediatamente, para restabelecer naquela parcela ponderável da comunidade paranaense, a confiança na ação e na presença do Governo para solução dos problemas que lhes dizem respeito.

Os nobres Deputados certamente concordarão com o presente Requerimento e darão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Ilustrado Plenário desta Colenda Assembléia Legislativa,

REQUER:

1.º — seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Cândido Martins de Oliveira, Digníssimo Secretário da Educação e Cultura, solicitando-lhe com urgência, a designação de uma professora para a Escola Isolada de Ararapira, Município de Guaraqueçaba, neste Estado.

2.º — seja, desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao Vereador Luiz Fernando Krueger, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Guaraqueçaba, Pr.

3.º — seja ainda, desta decisão, encaminhada cópia do inteiro teor ao Exmo. Sr. Governador Emílio Gomes, para conhecimento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 26 de maio de 1974.

(a) — João Fadel.

JUSTIFICATIVA:

A Escola Isolada de Barra do Ararapira, no Município de Guaraqueçaba, neste Estado, vem atravessando uma fase, pode-se dizer calamitosa, que projeta negativamente a imagem do Poder Público perante aquela comunidade.

Primeiramente, o local onde a mesma funcionava encontrava-se em tal estado de abandono que terminou por ruir, paralisando as atividades escolares e prejudicando cerca de 35 (trinta e cinco) alunos ali matriculados.

Agora, a professora que regia as classes vem de abandonar o cargo pois, sendo remunerada pela Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba e recebendo, com atraso, a ínfima importância de Cr\$ 45,00 (quarenta e cinco cruzeiros), por mês, repetimos, por mês não tem como manter-se nem aos seus dependentes. Está na hora, portanto, do Estado pela Secretaria de Educação e Cultura tomar a si a responsabilidade da designação de uma professora devidamente qualificada para lecionar naquela Escola Isolada, pagando-lhe um salário condizente com a significação sócio-econômica do magistério ou, então firmando convênio com a Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba dando meios àquele Executivo para remunerar as professoras integrantes do seu quadro de funcionários, condignamente.

O Ilustrado Secretário da Educação e Cultura do Paraná que tem marcado suas decisões pelo conhecimento da realidade muitas vezes cruel da situação do ensino no interior do Estado, certamente não tem conhecimento da paralização das atividades da Escola Isolada de Barra do Ararapira Município de Guaraqueçaba, por abandono do cargo pela professora, impossibilitada de manter-se com a írisória e ofensiva remuneração que vinha percebendo por seu trabalho. Assim, este Requerimento terá o condão principal de torná-lo ciente daquela escabrosa situação e, ao mesmo tempo, encarecer-lhe uma ação rápida e decisiva para solução do problema, a fim de que não se prolongue em demasia o fechamento da escola, que poderá ser desistido, título futuro aos alunos que agora a frequentam.

Os nobres Deputados certamente concordarão com a oportunidade deste Requerimento e darão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer à Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se encaminhe apelo, desta Casa, ao Senhor Diretor Superintendente da 11.ª Divisão da Rede Ferroviária Federal, com sede em Curitiba, Doutor Renato Meister, para que aquela autoridade atenda os reclamos da população de Antonina, que deseja o cancelamento dos horários dos trens que ligam aquela cidade a Morretes, com o consequente restabelecimento do horário anterior, que atendia melhor os interesses dos habitantes de ambas as comunas.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1974.

(a) — Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Esta Presidência registra, com satisfação a presença neste Plenário dos srs. Ladislau Brigrinski, Prefeito Municipal de Paulo Frontin; Francisco Gravaloski, Presidente da Câmara Municipal, Sr. Pedro Mueleck, Secretário da Prefeitura Municipal e de Vereadores.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 40 srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

Votação em 1.ª Discussão — do Projeto de Resolução n.º 4-74, ex-Proposição n.º 118-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os termos do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL, o Município de Curitiba e as Centrais de Abastecimento S.A. — CEASA-PR, com finalidade que especifica. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 11-74, de autoria do Dep. Igo Losso, que declara de Utilidade Pública o Lar São de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.ª Discussão — do Projeto de Resolução n.º 25-73, ex-Proposição n.º 89-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, estabelecidos pelos Institutos Nacional do Livro e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para as finalidades que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 241-73, de autoria do Dep. David Federmann, que denomina Colégio Estadual Manoel Ribas, o atual Colégio Estadual do Paraná. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.I.P. Rejeitado.

Projeto de Lei n.º 241-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Colégio Estadual do Paraná passa a denominar-se Colégio Estadual Manoel Ribas.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1973.

(a) — DAVID FEDERMANN

JUSTIFICATIVA:

Transcorre este ano o centenário de nascimento de Manoel Ribas. O grande benemérito governador nasceu em Ponta Grossa, a 8 de março de 1873 e faleceu a 28 de janeiro de 1946 em Curitiba.

Quando da revolução de 1930 recebeu o convite para servir de Interventor no Paraná, permanecendo à frente do nosso governo até a sua morte e pelo dilatado prazo de 14 anos.

O evidente surto de progresso que hoje experimenta o Paraná tem suas bases na grande administração de Manoel Ribas.

Dotado de grande tirocínio administrativo voltou a sua atuação para todos os setores.

Assim incrementou grandemente a imigração japonesa, fator indiscutível do nosso poderio agrícola. Os transportes, a saúde pública, a pecuária, a segurança pública, sentiram efeitos positivos durante a sua gestão. Alcançando a significação do problema penitenciário, designou comissão que procedeu estudos que deram origem à nossa Penitenciária Central de Piraquara e Colônia Penal Agrícola, que oferece condições de aplicação dos mais modernos métodos de recuperação de delinquentes.

Contudo, foi no setor educacional que mais se destacou a sua gestão. Ser grande amor as crianças fazia-o sentir a necessidade de propiciar a elas a educação necessária. Havia carência de casas escolares, criou então um modelo escolar padrão para todos os grupos, acelerando assim as suas construções por todo o Estado. Foi também o criador das escolas rurais. Quando desapropriou a área necessária e iniciou a construção do Colégio Estadual do Paraná, foi tachado de utopista pela grandiosidade do seu projeto. No entanto, hoje o Colégio Estadual do Paraná abriga 7.300 alunos em seus diversos cursos e é dotado de condições técnicas as mais modernas possíveis, constituindo-se um motivo de orgulho para os paranaenses.

Dar o nome de Manoel Ribas a esse Colégio não será nada mais do que prestar-se justa homenagem a esse grande vulto da nossa história.

Esperamos contar com o apoio de nossos Pares ao presente Projeto de Lei.

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO E CULTURA

COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ

Diretoria

Of. n.º 1122-73_SEP

Curitiba, 23 de outubro de 1973.

Ementa: Solicita que seja tornado sem efeito anteprojeto Lei.

Senhor Deputado:

Tomamos conhecimento do ante projeto de Lei do Ilustre e Nobre Deputado David Federmann propondo a mudança do nome do Colégio Estadual do Paraná para Colégio Estadual Manoel Ribas.

Pelo presente, vimos solicitar de V. Excia. seus valiosos préstimos no sentido de que o referido ante projeto de Lei seja tornado sem efeito ou substituído por outro, em virtude do que abaixo expomos e justificamos.

O atual Colégio Estadual do Paraná, foi criado pela Lei n.º 33, de 13.03.1846, da Província de São Paulo e completou neste ano 127 anos de proveitosa existência.

Durante toda a sua existência o Colégio Estadual do Paraná teve as seguintes denominações:

- Liceu de Curitiba de 1.846 a 1.876.
- Instituto Paranaense de 1.876 a 1.892.
- Gynásio Paranaense de 1.892 a 1.942.
- Colégio Paranaense de 1.942 a 1.943.
- Colégio Estadual do Paraná de 1.943 até hoje...

Pode V. Exa. verificar que o Colégio Estadual do Paraná já conserva, há 30 anos, esta denominação que se tornou tão tradicional em todo o Paraná e até nos meios ligados ao ensino do cenário nacional.

São muitos os Paranaenses que por esta Casa passaram e que muito ilustram as nossas tradições e lembranças. São muitos os Paranaenses ilustres que por nossos bancos traçaram sua formação e receberam cultura e se aperfeiçoaram intelectualmente. São muitos os Paranaenses de renome que mantem em sua lembrança o nome do Colégio Estadual do Paraná, que tanto lhes deu tem nada pedir em troca.

Gostariamos de lembrar a V. Exa. que o nome ilustre, honrado e meritório do grande Interventor Manoel Ribas muito nos enaidece e nos honra sobremaneira. Sabemos do quanto é digno e merecedor o grande Interventor.

Honrosa homenagem foi prestada pelo ilustre Governador Moisés Lupion ao Senhor Manoel Ribas, mandando erigir-lhe um busto em bronze assentado em pedestal de mármore, que se encontra no hall de entrada do Colégio, em lugar de grande honra.

Não nos move, entretanto, nenhum desejo de injustiça e não poderíamos de maneira alguma esquecer que toda a construção e todo o aparelhamento bem como a compra de equipamento, assim como instalações completas foram executadas na gestão do Ilustre Senhor Governador Moisés Lupion que tanto fez em prol desta centenária Casa de Ensino a qual tanto tem feito pelo Paraná.

Não poderíamos também deixar de lembrar a V. Exa. que de conformidade com a história do Paraná, a primeira preocupação do primeiro Presidente da Província do Paraná, o Dr. Zacharias Goes de Vasconcellos ao assumir as rédeas da Província recém-criada, foi a de dotar o então Liceu de Curitiba (hoje Colégio Estadual do Paraná) de uma sede digna e apropriada aos altos mistérios a que o Liceu se propunha. A pedra fundamental deste ato de Zacharias Goes de Vasconcellos ainda existe no Museu Paranaense e é o documento litográfico mais antigo da história do Paraná que ainda se conserva intacto.

Além dos ilustres personagens que tanto fizeram pelo nosso Colégio Estadual do Paraná, cabe-nos citar ainda as grandes luminárias de nossa história: Dr. Lamenha Lins, Dr. Xavier da Silva e Dr. Victor do Amaral. Cada um destes ilustres e merecedores paranaenses poderiam, sem nenhum desmérito do Sr. Manoel Ribas, ter seu nome ligado ao do Colégio Estadual do Paraná.

Por outro lado, cabe-nos ressaltar que o mérito do Sr. Manoel Ribas em relação ao C.E.P. foi o de ter desapropriado a área física. A construção do prédio, devemos-la ao Sr. Moysés Lupion. E assim, devemos a sua criação, o seu desenvolvimento, o seu crescimento e expansão a outros nomes igualmente ilustres e não menos merecedores do que o do Sr. Manoel Ribas, aos quais não pretendemos, de forma alguma, cometer injustiça.

Já está o nome do Colégio Estadual do Paraná tão profundamente arraigado e conhecido em meio ao Povo Paranaense e tão difundido que não seria de boa política proceder a uma mudança em sua denominação, pelo simples fato de mudar, sem nenhum outro proveito para o ensino em si.

Desta forma, solicitamos a V. Exa., que pondere junto ao nobre Deputado que reconsidere seu anteprojeto de Lei e que o mesmo seja modificado para que venha a trazer, de outra forma, os benefícios que o Deputado tanto almeja para o Colégio Estadual do Paraná.

Contando com o seu prestigioso apoio a nossa solicitação, apresentamos a V. Exa. os nossos protestos de elevada estima enquanto lhe desejamos saúde e

Felicidades

Osny Antônio Dacól
Diretor Geral

Exmo. Senhor

DR. IVO THOMAZZONI

DD. Líder do Governo da Assembléia Legislativa do Paraná
N.º Capital

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 241-73

Autor: — Dep. DAVID FEDERMANN

O ilustre Deputado David Federmann propõe que o Colégio Estadual do Paraná passe a denominar-se Colégio Estadual Manoel Ribas, em "homenagem a esse vulto da nossa história".

Sobre a matéria manifestou-se espontaneamente o Professor Osny Antonio Dacól, atual Diretor Geral daquele estabelecimento de ensino, através do ofício n.º 1122/73—SEP, datado de 23 de outubro do ano corrente.

Por intermédio do mencionado expediente o nobre Diretor faz um retrospecto histórico do Colégio, a partir de sua criação pela Lei n.º 33, de 13 de março de 1.846, da então Província de São Paulo, até aos dias presentes, ao longo de cujo esboço destacou inúmeros nomes da maior importância na vida daquele centro de ensino, para concluir que muitos são os credores de tal honraria e reconhecimento. Alguns, inclusive, com maiores méritos.

Dessa forma, opina o Diretor, conferir a um, dentre tantos a homenagem poderia ser injusto.

Por outro lado o Colégio se notabilizou na área educacional com essa denominação, que o distingue e o personaliza singularmente. Portanto, esse patrimônio deve ser preservado a todo o custo.

Inegavelmente, as ponderações da alta direção do Colégio Estadual do Paraná nos parecem procedentes, na totalidade.

Além disso, o grande vulto da nossa história política já mereceu tantas e tão significativas consagrações que honestamente não se lhe estará recusando nada com um parecer contrário, como este.

Opino pela rejeição.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Ivo Thomazoni — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 241-73

Autor: — Dep. DAVID FEDERMANN

Assinado pelo ilustre Deputado David Federmann, o Projeto de Lei ora em exame visa denominar de "Manoel Ribas" o Colégio Estadual do Paraná.

A douta Comissão de Justiça se manifestou contrária à aprovação da matéria, tendo em vista ofício do Diretor Geral daquele estabelecimento de ensino que, bem argumentando, alinha ponderáveis razões para que a proposição não seja acolhida por esta Assembléia.

No que me concerne dizer nesta Comissão, entendo, como entendeu o Senhor Diretor Geral do Colégio Estadual do Paraná e também o ilustre parecerista na Comissão de Justiça, que o senhor Manoel Ribas já mereceu inúmeras e merecidas homenagens e que, se esta lhe for recusada, não se fará nenhuma injustiça com o eminente ex-interventor no nosso Estado.

Pela rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em de de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 253-73, de autoria do Dep. Quíelise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Campina Grande do Sul, o trator que especifica, de propriedade da Secretaria da Agricultura e de posse do referido Município em comodato. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 253-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Campina Grande do Sul, um trator de marca International, modelo TD-6, série N1050, de propriedade da Secretaria de Agricultura que está na posse daquele Município em regime de comodato.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1973.

(a) Quíelise Crisóstomo

JUSTIFICAÇÃO:

O trator que pretendemos doar ao Município de Campina Grande do Sul, já se encontra na posse do Município, que dele está fazendo uso útil, mas não tem condições financeiras para comprá-lo definitivamente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 253-73

AUTOR: — Dep. QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

PARECER

O desiderato do Projeto de Lei em testilha, de autoria do nobre Deputado Quíelise Crisóstomo da Silva, é autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Campina Grande do Sul, um trator da marca "International", modelo TD-6, série N1050, de propriedade da Secretaria de Agricultura, que está de posse daquele Município em regime de comodato.

Conforme justifica o autor da proposição o referido trator já se encontra na posse do mencionado Município, em regime de comodato, não havendo por parte do Município interessado condições financeiras para comprá-lo definitivamente.

Sendo uma medida meramente autorizatória ao Poder Executivo, não se insurge nenhuma dificuldade sob o aspecto constitucional, legal ou formal, à aprovação do Projeto por parte desta Comissão.

Quanto à oportunidade, nada há a contestar.

Destarte, opino pelo ACOHIMENTO da proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14-11-73.

(Ass. ilegível) — Presidente

Ivo Thomazoni — Relator

(Ass. ilegíveis)

P A R E C E R

COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 253.73, de autoria do nobre Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Campina Grande do Sul, deste Estado, o trator que especifica, de propriedade da Secretaria da Agricultura e já de posse do referido município em regime de comodato.

2. Havendo já a douta Comissão de Constituição e Justiça se pronunciado pela constitucionalidade e juridicidade da matéria, em R. Parecer de fls., e considerando que a aprovação da mesma não acarretará nenhuma implicação de ordem financeira e, ainda, tendo em vista o interesse da administração municipal de Campina Grande do Sul, não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de pronunciar-se favoravelmente ao Projeto de Lei em testilha.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

João C. Fadel — Relator

(Ass. ilegíveis)

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 9-74, de autoria do Dep. Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo criar as "Áreas Climáticas" do Estado e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 9-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar as "áreas climáticas" do Estado.

Art. 2.º — O objetivo da criação das "áreas climáticas" é o de preservar o que resta das regiões de clima altamente indicado para a recuperação e manutenção da saúde.

Art. 3.º — As "áreas climáticas" serão definidas dentro dos limites de regiões de clima reconhecidamente saudável, as quais não possuam fábricas que, por força dos seus processos operacionais, possam provocar poluição do ar, das águas e do solo.

§ 1.º — As áreas mencionadas no presente artigo compreenderão um ou mais municípios.

§ 2.º — No caso de participação de mais de um município na área, não é obrigatório que a participação dos outros seja total, devendo todavia, abranger pelo menos um distrito.

Art. 4.º — Como incentivo ao desenvolvimento das "áreas climáticas", poderão ser criados estímulos pelo Poder Executivo para:

I — Estabelecimentos hospitalares;

II — Colônias de férias;

III — Estabelecimentos hoteleiros;

IV — Centros de recreação, sobretudo de esportes e cultura;

V — Atividades artesanais;

VI — Produção horti-granjeira;

VII — Indústrias que não acarretem a poluição do ar, das águas, do solo ou poluição sonora.

Parágrafo único — A avaliação do grau de poluição mencionado no presente artigo será de competência da Administração de Recursos Hídricos, da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas.

Art. 5.º — As Secretarias de Estado, nos setores que lhes são inerentes adotarão prioritariamente, as medidas cabíveis para a proteção do meio ambiente nas "áreas climáticas".

Art. 6.º — A coordenação das medidas administrativas das "áreas climáticas" nos aspectos que lhe sejam peculiares, ficará a cargo de uma Comissão, vedado a mesma receber remuneração.

§ 1.º — A Comissão acima mencionada será integrada por um mínimo de cinco membros, sendo de dez o número máximo.

§ 2.º — Os Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais dos Municípios que constituem a "área climática" serão membros natos da Comissão, a qual será presidida por um representante da Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde Pública.

§ 3.º — Na hipótese de o número de representantes dos Poderes Municipais na Comissão ultrapassar a dez, terão preferência aqueles que representarem os municípios mais populosos, mantida a qualificação do Presidente.

Art. 7.º — As "áreas climáticas" serão criadas através de decreto do Poder Executivo, devidamente fundamentado e com o parecer favorável dos órgãos técnicos das Secretarias de Saúde Pública, Agricultura e da Administração de Recursos Hídricos.

Art. 8.º — Os estabelecimentos industriais ou de outra natureza que contrariarem o que preceitua o Art. 4.º, inciso VII desta Lei, não poderão instalar-se nas "áreas climáticas".

Art. 9.º — O regulamento da presente Lei será feito através de decreto do Poder Executivo.

Art. 10.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de março de 1974.

(a) Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA:

Com a medida ora pleiteada pretendemos assegurar a existência de áreas que ainda não sofreram as influências da poluição e que possam propiciar possibilidade tanto de recuperação como de manutenção da saúde.

A criação das "áreas climáticas", será altamente benéfica para a saúde pública, prevenindo-se dessa forma a sua preservação.

O crescente surto de industrialização de nosso Estado nos faz antever o desaparecimento de regiões saudáveis, face a poluição que necessariamente acarreta.

Indubitavelmente cabe ao poder público resguardar a existência dessas áreas e incentivar o seu desenvolvimento.

Pretendemos então, que de maneira realista e perfeitamente viável seja assegurada a parcela que provavelmente ainda temos de regiões não poluídas a exemplo do que vem se fazendo em outros Estados da Federação. Esperamos o apoio de nossos nobres Pares a esta iniciativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 9-74

1 — Visa o presente Projeto de Lei, de autoria do ilustre Deputado Olavo Ferreira, autorizar o Poder Executivo a criar as "áreas climáticas" do Estado.

2 — Sobre esta proposição não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, quanto aos aspectos de ordem legal ou constitucional, razão pela qual nosso parecer é favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 1.º de abril de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

Wilson Fortes — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 9-74

Autor: — Dep. Olavo Ferreira

I) — O aspecto legal e constitucional do Projeto já foi analisado, tendo a C.C.J. concluído pela sua aprovação.

II) — Quanto ao aspecto financeiro, atribuição conferida a esta Comissão para opinar, nada existe a opor.

Uma vez transformado em lei, deverá o Sr. Governador prever no Orçamento Geral do Estado para o próximo exercício, o crédito necessário para tal aplicação.

Nosso parecer é favorável à sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 15-04-74.

(Ass. ilegível) — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

(Ass. ilegíveis)

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 10-74, de autoria do Dep. David Federmann, que declara de Utilidade Pública a Organização Espírita Cristã "Irmã Scheilla", com sede na cidade de Ponta Grossa. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 10-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Organização Espírita Cristã "Irmã Scheilla", com sede em Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de março de 1974.

(a) David Federmann

JUSTIFICATIVA: A entidade que propomos seja reconhecida como de utilidade pública, desempenha importante papel na comunidade pontagrossense, face as suas meritórias atividades de assistência social.

Dentro de um espírito cristão promove integral assistência às famílias desamparadas, proporcionando-lhes a oportunidade de uma perfeita integração na sociedade.

A sua Diretoria não percebe qualquer remuneração e seus serviços são prestados sem qualquer distinção de raça, cor, credo religioso ou político.

É justo que o Poder Público reconheça através de lei a sua utilidade, habitando-a aos benefícios legais decorrentes.

Esperamos o apoio de nossos nobres Pares a esta iniciativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 10-74

1 — Visa o presente Projeto de Lei, de autoria do ilustre Deputado David Federmann, declarar de utilidade pública a Organização Espírita Cristã "Irmã Scheilla", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

2 — Examinando o Estatuto da referida entidade, constatamos que a mesma preenche os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a matéria de declaração de utilidade pública.

3 — Face ao exposto, não vemos qualquer impedimento, tanto de ordem legal ou constitucional, daí nosso parecer é pela APROVAÇÃO do projeto ora em exame.

Sala das Comissões, em 1.º de abril de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 10-74

1 — Este Projeto, de autoria do ilustre Deputado David Federmann, visa declarar de utilidade pública a Organização Espírita Cristã "Irmã Scheilla", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

2 — Referido Projeto, devidamente estudado na douta Comissão de Constituição e Justiça, mereceu parecer favorável.

3 — Não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, quanto ao aspecto financeiro, objeto de estudo nesta Comissão, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

Alvaro Dias — Relator

(Ass. ilegíveis)

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 36-74, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 20-74, que visa alterar a partir de 1.º de março do corrente ano, a redação do artigo 3.º da Lei n.º 6.156 de 02-10-70, que dispõe sobre a quota de produtividade. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM

20-74

Curitiba, 15 de abril de 1974

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar, a partir de 1.º de março do corrente ano, a redação do artigo 3.º da Lei n.º 6.156, de 2 de outubro de 1970, que dispõe sobre a quota de produtividade.

A matéria contida no anteprojeto de lei agora submetido a essa Augusta Casa de Leis, embora já tenha sido proposta em o art. 9.º do anteprojeto de lei encaminhado a esse Poder Legislativo através da Mensagem n.º 14-74, teve,

pela sua característica e natureza, mais aprofundados estudos em os quais se chegou à conclusão de que algumas pequenas alterações se faziam necessárias, a fim de que o equacionamento da medida fosse o mais perfeito possível. Assim é que a nova proposição, guardando as bases e condições inicialmente propostas, amplia o campo de ação do benefício, estendendo-a à Magistratura, Ministério Público e aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, bem como aos Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal.

Esta Mensagem adita a de n.º 14-74, de 26 de março próximo passado, a fim de excluir o art. 9.º do anteprojeto por ela encaminhado e que se encontra em tramitação nessa Augusta Casa. A exclusão do art. 9.º da referida Mensagem se faz necessária e atende aos interesses da Administração, pelo fato da majoração e abono propostos terem aspectos plenamente amplos e gerais e assim poderem tramitar com maior brevidade, ao passo que a medida aqui consubstanciada, de cunho relativamente restrito, poderá, em separado, ter também normal tramitação nesse Legislativo Estadual.

Certo de que medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

EMILIO GOMES
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. O art. 3.º, da Lei n.º 6.156, de 2 de outubro de 1970, passa, a partir de 1.º de março de 1974, a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3.º. Fica instituída uma gratificação de produtividade aos atuais integrantes das séries de classes de Engenheiro, Engenheiro Químico, Engenheiro Mecânico e Advogado, do Quadro Único de Pessoal e dos Quadros Próprios das Autarquias e classe única de Procurador da PGE, no valor mensal de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros); aos atuais membros da Magistratura, do Ministério Público, Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal, no valor mensal de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros); aos atuais integrantes das séries de classes de Contador, Economista, Engenheiro Agrônomo, Farmacêutico, Naturalista, Químico e Veterinário, do Quadro Único de Pessoal e dos Quadros Próprios das Autarquias no valor mensal de Cr\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos cruzeiros); e aos atuais integrantes das séries de classes de Assistente Social, Bibliotecário, Estatístico, Técnico de Administração e Redator, do Quadro Único de Pessoal e dos Quadros Próprios das Autarquias, no valor mensal de Cr\$ 1.300,00 (um mil e trezentos cruzeiros).

§ 1.º. Os atuais integrantes das várias séries de classes de Médico, Cirurgião Dentista e Enfermeiro, do Quadro Único de Pessoal e dos Quadros Próprios das Autarquias, perceberão a gratificação mensal de que trata este artigo, na razão de Cr\$ 750,00 (setecentos e cinquenta cruzeiros), Cr\$ 700,00 (setecentos cruzeiros) e Cr\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta cruzeiros), respectivamente.

§ 2.º. Os profissionais referidos no parágrafo anterior que comprovadamente não acumularem cargos públicos estaduais da mesma natureza, poderão perceber a gratificação pelo dobro do valor ali previsto, enquanto perdurar essa situação.

§ 3.º. A gratificação de produtividade é devida em razão do pleno exercício profissional na lotação do funcionário e é inacumulável com a gratificação de tempo integral, admitida a opção, quando for o caso.

§ 4.º. A gratificação de que trata este artigo fará parte integrante dos proventos de inatividade nos casos de futuras aposentadorias por tempo de serviço.

Art. 2.º. O Poder Executivo expedirá, por decreto, a regulamentação que se fizer necessária à fiel execução da presente lei.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao PROJETO DE LEI N.º 36-74

O Governador do Estado, através da Mensagem Governamental n.º 20-74, acompanhada de Anteprojeto de Lei, transformado no ora em apreciação Projeto de Lei n.º 36-74, propõe a alteração do art. 3.º da Lei n.º 6.156 de 02 de outubro de 1970.

A Gratificação de Produtividade Administrativa, embora já tivesse sido proposta através da Mensagem n.º 14-74, em dispositivo expresso contido no Anteprojeto de Lei que objetiva majorar os vencimentos do funcionalismo público do Estado, é encaminhada agora com pequenas alterações que se faziam necessárias e visam o melhor equacionamento da medida.

A nova Mensagem, está formulada em termos que guardam as bases e condições anteriormente propostas, apenas ampliando o campo de ação do benefício e definindo de forma clara e concisa as concepções necessárias à fiel execução da Lei.

Assim o Anteprojeto em tela, decorrente do povo estudo, preceitua que a Gratificação de Produtividade Administrativa, é devida em razão do pleno exercício profissional na lotação do funcionário, e é inacumulável com a Gratificação de Tempo Integral admitida a opção quando for o caso, sendo prevista ainda a expedição por Decreto, das normas regulamentadoras que se fizer necessárias.

Com relação ao pagamento da Gratificação aos Médicos, os novos estudos consagram o resultado de diálogo havido com a classe, onde foram obtidas vantagens não só para os Médicos, como também para o setor sanitário do Estado.

Por outro lado, a presente proposição, estende a Gratificação de Produtividade Administrativa aos integrantes da Magistratura, que por força de preceito constitucional será também estendida aos integrantes do Ministério Público, além de beneficiar os Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, e Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal.

Estatue o Plano de Lei, que a Gratificação nele proposta, fará parte integrante dos proventos de inatividade nos casos de futuras aposentadorias por tempo de serviço.

Sob o ponto de vista legal e constitucional, o projeto está em condições de ser aprovado por esta Comissão até ulterior deliberação Plenária, uma vez que o mesmo se enquadra às normas e exigências Constitucionais e do Regimento Interno da Casa.

O nosso Parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1974.

(Assinaturas Illegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 36-74 — MENSAGEM N.º 20-74

AUTOR: GOVERNO DO ESTADO

PARECER

A presente iniciativa de lei, oriunda de Mensagem Governamental, objetivando dispor sobre a quota de Produtividade Administrativa, vem ampliar os benefícios concedidos na Mensagem n.º 14-74, que majora os vencimentos dos Cargos efetivos e em Comissão do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas, bem como os integrantes da Polícia Militar do Estado.

Do ponto de vista que nos compete examinar, não encontramos quaisquer dispositivos que possam antepor a sua livre tramitação nesta Casa de Leis.

Somos portanto pela sua aprovação, por julgá-lo de alto alcance social, tendo em vista que o mesmo vem atender aos anseios da laboriosa classe dos funcionários públicos.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30 de abril de 1974.

(Ass. Illegível) — Presidente

(Ass. Illegível) — Relator

(Ass. Illegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Matheus Albizi. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 90-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo aos organizadores da competição automobilística realizada em Rio Negro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso ao Sr. Presidente da República, pela feliz indicação do nome do Sr. Jayme Canet Júnior, para candidato da Arena à governança do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fedal, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que haja por bem determinar, a designação de uma professora para a Escola Isolada de Ararapira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Superintendente da Fundepar, no sentido de informar sobre a liberação da verba destinada à construção de uma sala de aula, na localidade de Barra do Ararapira, Município de Guaraqueçaba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo, desta Casa, ao Sr. Diretor Superintendente da 11.ª Divisão da Rede Ferroviária Federal, no sentido de que atenda aos reclamos da população de Antonina, visando o cancelamento dos horários dos trens que ligam aquela cidade a Morretes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de que sejam tomadas energéticas providências, através dos órgãos competentes, quanto a fiscalização de veículos que transitam por rodovias federais e estaduais, notadamente no norte do Estado, transportando explosivos, sem que sejam tomadas as mínimas precauções determinadas pela lei. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Secretário da Fazenda, no sentido de que aquela autoridade se digne providenciar a construção de uma nova sede para o Posto Fiscal da Agência de Rendas de União da Vitória, sediada na localidade de Rio da Areia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente solicitando voto de congratulações à Diretoria da "União Recreativa Cultural Ahu-Urca", surgida da fusão dos tradicionais clubes "Operário Sport Club do Ahu" e "Sociedade Cultural Beneficente Ahu", pela posse da Diretoria. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 29, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 25-73.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 4-71 e de Lei n.ºs. 253-73, 9-74, 10-74 e 36-74.

Levanta-se a Sessão.

5.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 80.ª Sessão Ordinária

Realizada em 29 de Maio de 1974

(Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aguiinaldo Pereira Lima — Álvaro Dias — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quiesse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Hélio Manfrinato — Antônio Belinati — Antônio Costa — Arthur de Souza — Ba-

silio Zanusso — Fuad Nacii — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont e Olavo Ferreira (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

EMENDAS:

EMENDA N.º 1

AO PROJETO DE LEI N.º 34-74

Acrescente-se antes do último dispositivo o seguinte:

“Art. — A vantagem a que se refere o artigo desta Lei é extensiva aos inativos de todas as categorias funcionais ali discriminadas, quer tenham sido aposentados, postos em disponibilidade ou reformados, incorporando-se aos proventos de inatividade”.

Sala das Sessões, em 29-05-74.

(a) Emílio Carazzai
(Assinaturas ilegíveis)

JUSTIFICATIVA

Certamente por um explicável lapso, o Projeto de Lei omitiu, com inobservância do dispositivo do art. 75, § 1.º, da Constituição Estadual que, de concerto com o art. 143, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Civis do Estado) estatui que os proventos dos inativos serão sempre revistos e reajustados, quando se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade, nas mesmas proporções destes e para as categorias funcionais equivalentes.

Mas é tempo, ainda, de corrigir a omissão, pois a Mensagem governamental n.º 14-74 que encaminhou o Projeto de Lei n.º 23-74 já aprovado por esta Assembleia e sancionado pelo Chefe do Executivo, em seu art. 4.º, usa uma expressão genérica: Os efeitos desta Lei são extensivos ao respectivo pessoal inativo... — demonstrando a intenção de atribuir a vantagem aos inativos, como está claramente expresso na exposição de motivos da Mensagem e no contexto do Projeto que a acompanhou.

Entretanto, ao tramitar pelas Comissões, sobreveio uma Mensagem complementar, que visava tão somente estender aquela vantagem a mais algumas categorias de funcionários.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, pretendendo não retardar e não tumultuar o andamento do projeto primitivo, emitiu parecer, mencionando o fato e apresentando um substitutivo geral pelo qual excluiu do projeto primitivo o art. 9.º, deixando para apreciar a nova Mensagem isoladamente.

Assim, sem pretender tanto, a douta Comissão de Constituição e Justiça, de boa fé, mutilou o projeto anterior, prejudicando a unidade do sistema preconizado pela Mensagem do Governo, uma vez que a Mensagem complementar poderia ser objeto de uma emenda aditiva, acrescentando ao art. 9.º, as novas categorias funcionais às quais o Executivo queria beneficiar. É que a nova Mensagem, de natureza simplesmente complementar e porque já tinha atendido no art. 4.º do Projeto primitivo ao mandamento constitucional, não mencionou mais a situação dos inativos das categorias discriminadas no art. 9.º do anterior plano de Lei.

Isto posto, e porque as leis dessa natureza devem constituir uma unidade legal e sistemática, para atender com equanimidade e justiça todas as situações dos servidores do Estado, evitando, quando possível, a eclosão de litígios nas amplas lindes judiciárias, enegrecendo a imagem do Governo, é de ser admitida e aprovada a emenda apresentada, para corrigir uma omissão e assim praticar sábia e salutar justiça política.

EMENDA N.º 2

AO PROJETO DE LEI N.º 36-74

O parágrafo 3.º, do art. 3.º, da Lei n.º 6.156, de 02 de outubro de 1970, passa a ter a seguinte redação:

“§ 3.º — A gratificação de produtividade prevista nesta Lei, aplicável também na mesma forma aos ocupantes de cargos de provimento efetivo, portadores de diploma de curso superior do Quadro de Pessoal dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Tribunal de Contas, é devida em razão do pleno exercício profissional na lotação do funcionário, sendo inatenuável com a gratificação de tempo integral, admitida a opção, quando for o caso”.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1974.

(a) Emílio Carazzai

JUSTIFICATIVA:

A Emenda ora proposta vem igualar os direitos de todos perante a Lei. Assim procedendo, estamos atendendo os funcionários dos demais Poderes e do Tribunal de Contas, os quais são regidos também pelo mesmo Estatuto.

Acreditamos que com esta Emenda, a Mensagem enviada pelo Exmo. Sr. Governador resolverá definitivamente o problema criado em função da denominada “produtividade”, valorizando desta maneira em todo o Estado do Paraná, aqueles que se dedicam exclusivamente ao Poder Público nos seus diversos setores de atividade e renunciam às oportunidades hoje apresentadas aos profissionais liberais de nível superior.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando dispensa de publicação da Redação Final, para os Projetos de Lei nrs. 54-73 — 225-73 — 232-73 — 252-73 — 5-74 — 25-74 — 26-74 e 29-74.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer a inserção na Ata da Sessão de hoje, de um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Aníbal Paulini, ex-Vice-Prefeito do Município de Quitandinha, ocorrido hoje.

Requer, ainda, que do presente, seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1974.

(a) Leopoldo Jacomei

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente

REQUER,

o envio de expediente ao Senhor Osiris Stenghel Guimarães, Digníssimo Secretário de Estado dos Negócios dos Transportes, no sentido de que tendo em vista a vigência do novo Regulamento do Transporte Coletivo, a partir do dia 03 de junho próximo vindouro, venham a ser apreciados pelo referido Conselho, todos os processos que se encontram em grau de recurso, junto ao Conselho Rodoviário Estadual, sob pena de tal não ocorrendo, serem inúmeros os prejuízos que decorrerão da não apreciação dos mesmos, às empresas de transportes coletivos inter-municipais.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1974.

(a) Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA

Conhecedores do fato de que no próximo dia 3 de junho, deverá entrar em vigor o novo Regulamento do Transporte Coletivo, e, em face das inúmeras solicitações que nos foram feitas, havemos por bem encaminhar a presente reivindicação ao Senhor Secretário dos Transportes.

E o fazemos movidos principalmente, pelo fato de que, nos inúmeros contatos mantidos com aquela autoridade estadual, sentimos sempre por parte do mesmo a maior boa vontade e compreensão, no sentido de ver resolvidas as questões atinentes à sua pasta, não somente aquelas que viessem atender às necessidades do Estado, mas também aquelas que pelo seu caráter de justiça, viessem em benefício do povo do Paraná.

Acreditamos portanto, que o presente Requerimento, terá o total acatamento e apoio por parte daquele Órgão do Estado, no sentido de que não venham as empresas de transporte coletivo sofrer sérios prejuízos com a não apreciação de recursos que impetraram junto ao Conselho Rodoviário Estadual.

Principalmente, se levarmos em conta e em consideração que se tal situação persistir, ocorrerá a possibilidade de suspensão, com o arquivamento do processo, das atuais empresas em funcionamento em caráter eventual, acarretando com tal medida sérios prejuízos aos usuários de tais serviços que se verão privados de servirem-se de tal meio de locomoção.

Requerimento

Senhor Presidente.

As missões espinhosas e os cargos difíceis revelam os grandes homens e fazem emergir à luz do dia as inteligências e as capacidades dos que realmente servem à coletividade.

Dentro das funções mais árduas de Administração Pública, sem a menor dúvida a de Chefe e Diretor da Polícia Civil faz parte delas. Realmente a tranquilidade da operosa família estadual repousa na segurança e paz de que gozam aqueles que vivem para o trabalho e progresso do Paraná e do Brasil.

Doutor Antônio Lopes de Noronha, elevado a esta difícil missão, soube conciliar dificuldades e aquacionar problemas superando obstáculos e colocando instrumentos de atuação dignos dos maiores encômios.

O reaparelhamento da Polícia Civil da Capital e de todo o interior do Estado certamente são conquistas que não se apagarão em pouco tempo. Toda a região que tenho a honra de representar nesta Casa sente de perto os benefícios de sua atuação marcante. Além do esforço material, tais como veículos meios de comunicação, instalações adequadas, o Doutor Noronha não se descuidou em dotar o seu Departamento em elementos capacitados, procurando atendê-los na sua principal reivindicação que era o Estatuto próprio, recentemente aprovado por esta Casa.

A sua missão é difícil, principalmente quando se trata de procurar conciliar interesses, em que se defrontam o bem de toda a família paranaense e aqueles que a querem perturbar, os marginalizados. Nesta sua luta ingente, onde nós Parlamentares tivemos que participar muitas vezes, somos testemunhas de que ele soube e sabe polidamente atender o parlamentar, sem ferir os preceitos e normas que cercam sua função.

Por estes motivos, o Parlamentar que adiante subscreve, requer a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa um voto de aplausos à atuação do atual Diretor da Polícia Civil, Doutor Antônio Lopes de Noronha e requer ainda que da deliberação desta Casa seja dada ciência ao mesmo, bem como ao Secretário de Segurança Pública do Estado.

Curitiba, 29 de maio de 1.74.

(a) Wilson Fortes

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 73-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Confederação Umbandista do Paraná, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1974.

(a) Paulo Poli

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O primeiro assunto que nos trouxe à Tribuna na tarde de hoje é abordar um noticiário da imprensa em data de ontem, em que o Diretor do DETRAN, Dr. Marcos Prado, dando uma entrevista com relação a uma ordem de serviço por ele baixada que proibia a circulação dentro do Município de Curitiba dos automóveis de aluguel emplacados em outros Municípios e aqui exercendo suas atividades, alegava que sua posição era definitiva no assunto e que estava apenas cumprindo a lei, desde que aqueles motoristas haviam perdido, na Justiça, a ação impetrada contra ato do DETRAN e do Prefeito de Curitiba, que os proibia de circular dentro dos limites de Curitiba, apanhando passagens.

Naquela entrevista dizia o Diretor do DETRAN que, embora inúmeros políticos houvessem exercido uma pressão muito violenta para a revogação daquela sua ordem de serviço, ele não o faria porque não era homem de ceder a pressões de políticos interessados naturalmente em conseguir os votos daqueles motoristas que se achou melhor denominar de “piranhas”.

Ora, é evidente que tenho exercido as minhas atividades políticas no Município de Curitiba e me considero representante do povo deste Município, no

Poder Legislativo. É verdade também que, como fundador do Sindicato dos Motoristas Profissionais de Curitiba, tendo sido seu primeiro Presidente, tive as minhas origens eleitorais junto à nobre e valerosa classe dos motoristas profissionais.

Não me envolvi nesta questão dos "piranhas" e dos motoristas de automóveis de aluguel licenciados irregularmente no Município de Curitiba, porque olhei o lado humano da questão e não queria que a palavra de um representante do povo fizesse a balança pender para um ou outro lado. Como é assunto que diz respeito à vida profissional de cada um, acho que os políticos deviam permanecer afastados de uma pendência desta natureza.

Por isso estou abordando o assunto na tarde de hoje, pedindo ao Diretor do DETRAN que "de nome aos bois", diga quais os políticos que foram em seu gabinete exercer pressão para que ele revogasse a sua ordem de serviço, que proibia o trânsito dentro do Município de Curitiba, dos chamados "piranhas", apanhando passageiros.

Quando S.S. disse que um grupo de políticos, alguns Deputados exerciam pressão sobre aquela autoridade para que revogasse a medida, está colocando na berlinda todos os membros deste Poder Legislativo, o que não é justo, não é adequado a uma autoridade do porte do Dr. Marcos Prado.

S.S. deveria dizer que, embora sofrendo pressão de tais e tais Deputados, não cedeu porque está cumprindo a lei. Esta seria a atitude de um homem a zelar pelo bom desempenho de suas funções. Esta estória de dizer que foi procurado por um grupo de políticos e Deputados, ou está fazendo charminho, se valorizando ou então existem, realmente, alguns políticos que exerceram a referida pressão, e nesse caso eles devem ser denunciados publicamente para que cada um analise como certo ou errado.

Em segundo lugar, Sr. Presidente. Srs. Deputados, vou submeter à apreciação da Casa um Requerimento que considero de grande oportunidade, principalmente para o povo de Curitiba, porque, como já disse, represento aqui, uma parcela deste mesmo povo; e como novas perspectivas políticas se abrem, agora ao Paraná com a indicação do novo Governador Jaime Canet, é evidente que as especulações também surjam: "quem será o novo prefeito", "quem será o secretário tal", mas já estão compondo o novo Governo. Então, é necessário que os homens que tem responsabilidade junto à opinião pública, que representam o Poder Legislativo, também tenham sua impressão, também tenham sua opinião manifestada, com respeito àquilo que, certo ou errado, aconteceu na Prefeitura de Curitiba.

O Requerimento que encaminhamos à Mesa está vasado nos seguintes termos (Lê):

Requerimento

Senhor Presidente Senhores Deputados:

As novas perspectivas políticas que se abrem ao Paraná, com a iminente e já definida alteração de comando governamental, podem desde já ser analisadas em seus vários planos. Para nós que representamos o Município da Capital, visto que em Curitiba se concentrou virtualmente o total dos votos que aqui nos trouxeram, é oportuno, admitindo possíveis reflexos, analisar a administração prefatorial do arquiteto Jaime Lerner, não como louvação de despedida, mas dentro do que pretendemos argumentar, apelando no sentido de que, por ele próprio ou eventual sucessor, seja mantida a política humanizadora e dinâmica que caracteriza sua gestão, desde que assumiu, em março de 1971.

Cotejados possíveis erros, com os resultados globais que vemos hoje, decorridos mais de três anos de administração, pode-se dizer que a administração que se encontra frente à Prefeitura de Curitiba foi altamente positiva, e mesmo histórica, pelo sentido novo que imprimiu à vida da cidade colocando o homem e seu bem-estar acima de quaisquer outros interesses, preservando valores ambientais para o futuro e traçando, na oportunidade que poderia ser a última, as diretrizes de urbanismo sobre as quais se assentará o desenvolvimento da cidade e a vida da população.

Tivemos o desgosto de ver comentadas pela imprensa as transigências dos governos de outros Estados e de outras Capitais brasileiras, comprometendo valores ambientais e urbanísticos aos interesses econômicos de uma rápida expansão industrial. Agora mesmo, sob protestos das áreas mais lúidas da população, a cidade de Belo Horizonte admitiu a instalação de uma grande indústria em terreno central, negligenciando a advertência de que suas atividades serão altamente poluídas. Assim o fez a administração, para conseguir assegurar para Belo Horizonte a sede de grande empresa estrangeira argumentando a autoridade que poluição maior são o desemprego e a miséria. A frase de efeito somente expressa a limitação de um falso espírito público, porque não pode, ao interesse de minoria beneficiada e de caprichos de empresa inconsequente, ser sacrificada a filosofia humanística que tardiamente se implantou nas grandes concentrações urbanas do mundo inteiro.

Num quadro assim, é com satisfação, e justo orgulho que vemos implantada em Curitiba uma cidade industrial isolada, hoje já com mais de 30 indústrias em vias de implantação, com oferta, até o final do ano, de mais de 5.000 empregos. Paz prova o núcleo industrial planejado pela administração da cidade, que o oferecimento de condições estruturais pode conjugar interesses empresariais e econômicos com o bem-estar coletivo. Hoje as áreas da cidade industrial são altamente disputadas, e se dúvidas houve, nos críticos de desapropriação, o interesse público sobreleva as questões menores, passíveis ainda de correção tais como o preço pago aos pequenos proprietários e a expropriação parcial de grandes áreas.

Do relatório de realizações da administração da cidade, já se depreende esse alto sentido humanizador, da própria designação dos capítulos:

Pragas, parques, arborização, amenização; Pontos de encontro; Educação; Saneamento; Cultura e animação da cidade; Cidade Industrial. O destaque maior, entretanto é dado ainda aos planos vários humanizadores sobre tudo por levar serviços básicos à periferia da cidade, igualando as condições de vida dos habitantes do centro e dos bairros.

Em rápido resumo:

Nas vias estruturais, foram pavimentados 39 quilômetros na Estrutural Norte, 67 quilômetros na Sul. Nas ligações entre bairros, as chamadas Norte 1, 2 e 3 somam 36 quilômetros, as Sul 1, 2 e 3 mais 28 quilômetros. Na zona Leste, mais de cinco quilômetros. No acesso às Vilas, a soma de pavimentação realizada é de 25 quilômetros, nos conjuntos habitacionais é de 27. Os planos ordinário e comunitário de pavimentação somam 88 quilômetros de asfalto e o tratamento anti-pó, nas vias de transporte coletivo e de penetração dos bairros, já beneficiou 32 quilômetros de vias suburbanas. Como obras de arte para a implantação do esquema viário, tivemos nestes três anos concluídos o viaduto da Marechal Floriano sobre a BR-116, a passagem da 7 de Setembro na Ubalino do Amaral, a transposição por viaduto da Avenida Nossa Senhora da Luz no Alto da Rua Quinze, a passagem da Rua Augusto Steinfeld na Doutor Murici, e a passagem inferior da Avenida Visconde de Guarapuava na Ubalino do Amaral.

A importância dessas realizações viárias só é ultrapassada pelas chamadas obras de amenização, altamente humanizadoras da vida comunitária, preservando para Curitiba, cidade subdotada em valores geográfico-ambientais, áreas de encontro, recreação e grandes partes naturais.

Aqui, também resumindo, pode-se citar:

Devolução ao pedestre de toda a Rua Quinze de Novembro e Avenida João Pessoa, desde a Praça Osório até a Barão do Rio Branco. Outros pontos também foram equipados para o pedestre nos bairros do Seminário, Campo Comprido, Umbará, Cajuru, Praça do Redentor, Largo do Rosário, Santa Cândida, Barreirinha, Pilarzinho, Orleans. Quatro grandes parques em plano de execução final na Barreirinha, São Lourenço, Barigui e Capanema. Quase 40 mil árvores plantadas em vias urbanas. Foram ajardinadas as praças Afonso Botelho, Joaquim Menelau, Plínio Tourinho, Abílio Abreu, Bento Mossurunga, Brigadeiro Eppinghaus, Bento Munhoz da Rocha, Cristo Rei ou das Nações, Polônia, e remanejadas a Osório, Borges de Macedo e Redentor.

No setor de cultura e animação da cidade: recuperação do antigo depósito da Prefeitura, transformando-o no Teatro do Paiol; desapropriação e restauração da atual Casa Romário Martins; execução do Centro de Criatividade no Parque São Lourenço; criação da Fundação Cultural, a quem estão afetas as atividades de animação da cidade.

No setor saneamento, tivemos a execução de convênios com retificação do rio Juvevê e drenagem dos rios Bacacheri, Barigui, Córrego do Padilha e Córrego das Torres, mais a implantação dos lagos dos parques São Lourenço e Barigui, como instrumentos reguladores de vazão para o controle das enchentes.

No plano da educação, foram construídos os centros comunitários do Bacacheri, Jardim Paranaense, São Miguel, São Braz, Jardim Piratini, Tapajós, Sítio Cercado, Vila Aurora, Atuba. Foram ampliados os grupos escolares de Vila Oficinas, Nossa Senhora da Luz, Papa João 23, Isolda Schmidt.

A enumeração dessas realizações pode ser tediosa, mas o conjunto formado traduz nossa tese. Trata-se de uma administração preocupada, sobre tudo, com os valores humanos da população, que consegue realizar-se através de um planejamento lúcido e de constante presença com projetos em áreas de administração federal onde há disponibilidade de recursos para melhorias urbanas. Tanto assim que, por todo o Brasil, foi notado o rumo urbanístico novo implantado em Curitiba, em contraposição aos protestos de destruição ambiental que se levantam na maioria das outras cidades.

Só essa presença revisora de filosofia urbanística já faz o arquiteto Jaime Lerner credor de grande admiração do povo da cidade. Nosso apelo, portanto, no momento em que é iminente a reformulação administrativa no Estado, é no sentido de que tal filosofia seja considerada no planejamento que virá, para sua continuidade, tornando Curitiba uma cidade onde o importante é o homem, não a atividade econômica ou o concreto.

Em vista do exposto, requeremos à Casa, que já deu seu voto de confiança ao atual Prefeito, quando de sua indicação, que ratifique apoio aprovando agora moção de estímulo, para que prossiga na mesma linha de filosofia administrativa, consolidando aqui uma consciência urbanística valiosa e elevada, que faz de Curitiba, hoje, a mais humanizada das capitais brasileiras.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1974.

(a) Evondy Silvério.

Este, Sr. Presidente, o teor do nosso Requerimento. Não fazemos apelos pessoais para a permanência desta ou daquela autoridade; fazemos apelo a esta Casa para que, manifestando-se em moção de apoio, dê continuidade administrativa a uma filosofia de governo que consideramos das mais certas, aquela filosofia de governo que coloca o homem em primeiro plano, deixando para plano secundário as realizações do plano econômico e as realizações de concreto.

Foi isto que fiz à atual administração de três anos. Nosso Requerimento representa a opinião de uma parcela do povo de Curitiba. Ouvimos o pensamento dos municípios, auscultamos os moradores dos bairros que reclamavam um pouco mais de assistência. Agora, com o tratamento que vêm recebendo os bairros, através da implantação de vias rápidas, de assistência à periferia da cidade está a população plenamente satisfeita com a atual administração. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tenho a satisfação de comunicar aos srs. Deputados que amanhã às 15.30 horas visitará esta Casa, para se despedir, o Gal. Tourinho, Comandante da 5.ª Região Militar.

Por esta razão esta Presidência solicita o comparecimento dos srs. Deputados no Salão Nobre para as despedidas do Gal. Tourinho, Comandante da 5.ª Região Militar.

Cinco a palavra ao segundo orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Domicio Scaramella.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Ocupamos hoje este Expediente para, talvez, cairmos em uma redundância, para usando o linguajar de caído, "malharmos em ferro frio". A desesperança já nos toma conta e o medo de que se pense que enveredamos pela demagogia, em relação ao assunto que pretendemos abordar, quase está a apagar a esperança que ainda nos anima a tentar, mais uma quase está a apagar a esperança que ainda nos anima a tentar, mais uma marginalizada, já que marginalizada foi quando de sua criação: Falamos da classe dos Servente contratados pela Secretaria de Educação e Cultura de nosso Estado.

São mais de 5.000 pessoas que usando uma expressão muito em voga hoje em dia, "vegetam" em uma profissão, se isto o for, que lhes "rende" ao final do mês 160 cruzeiros, menos, muito menos do que nos custa assistir a duas sessões deste Legislativo.

Apreciamos, no momento, um Projeto oriundo do Poder Executivo que promove um prêmio de produtividade muito louvável por sinal, e, no entanto, permite-se, nós mesmos, indiretamente e o Governo estadual precipuamente, manter uma aberração social como esta sem ao menos tomar-se uma iniciativa, pelo menos paliativa, para solucionar um problema que o próprio Governo não quer solucionar.

Na verdade, as serventes da Secretaria de Educação e Cultura, trabalham sob um regime feudal, sem as mínimas condições de garantia, sem o mínimo indispensável de legislação trabalhista. Não são funcionários públicos porque não podem ser regidos pelo estatuto da classe e, muito menos trabalhadores comuns inatingíveis que são pela Consolidação das Leis do Trabalho.

É preciso olhar com mais carinho para esta abnegada classe que em nada difere, no amor ao trabalho, na competência e nos direitos da classe funcional do Estado.

Urge encontrar uma solução para o problema e, salvo melhor idéia em contrário, as serventes de que nos aludimos deveriam, por parte do

senhor Secretário de Educação, ser equiparadas em horário e vencimentos às estipuladas pelas leis trabalhistas, obtendo assim as garantias da C.L.T., o que, concomitantemente, lhes proporcionaria os benefícios legais tais como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, 13.º Salário, assistência social pelo INPS, e, o principal: O salário mínimo, que, se não é o ideal, pelo menos é mais humano e menos humilhante que os parcos 160 cruzeiros que hoje em dia possuem mais caráter de esmola do que propriamente um salário. Não é somente com relação a este inexistente salário que nos preocupamos. Sr. Presidente. Preocupamo-nos, e em muito com a assistência social a esta classe, que até hoje, nada se fez. Se se adoece, não se trabalha. Se não se trabalha, não se recebe e se não se recebe não se come.

Na verdade, o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação está criando uma "favela" funcional com o seu quadro de serventes já que nada faz em seu favor e o que é pior, nada quer fazer em seu favor, pois esta situação já impera há longo tempo. Não somos os primeiros e temos certeza não seremos os últimos a se pronunciar em defesa desta gente.

Sabemos que só pronunciamentos não solucionarão o problema, já que a S.E.C. se faz surda a semelhantes apelos.

Seria interessante que esta Casa convocasse o Senhor Secretário de Educação para aqui comparecer, a fim de explicar porque nada se faz em prol das serventes contratadas.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. disse aí que não era o primeiro, que não seria o último a ocupar-se deste assunto. Realmente, acho que toda a Casa já abordou a situação aflitiva das serventes que prestam serviços à Secretaria de Educação. Houve promessa do ex-Governador Parigot de Souza de regularizar a situação. Houve promessa do atual Governador Emilio Gomes de normalizar a situação das serventes. Parece-nos que se determinou que se pagasse o salário mínimo previsto no País a essas serventes, mas por questões políticas que nos parece o atual responsável o Secretário de Educação, parece-nos muito preocupado com a situação política porque já tive conhecimento que aquela Secretaria está trabalhando a todo o vapor por um candidato a Deputado estadual, aliás empresário de ônibus que está em dobradinha com o cunhado do Secretário de Educação Arnaldo Busato, parece-nos que a maior preocupação do Secretário é fazer política na sua pasta. Então, determinou que cada estabelecimento de ensino desse determinada jornada de trabalho às serventes e as que não completam não recebem o salário. Ficam aquele tempo ocioso, não podem viver com aquela importância recebida e ainda com 5 ou 4 meses de atraso, não contam com os benefícios da previdência social como V. Exa. bem disse. Vê V. Exa. que é uma situação de desespero que humilha o Estado do Paraná e que é um dos maiores da unidade da Federação. Essa situação não pode mais persistir. V. Exa. tem razão e eu creio que o Deputado Federal, Emilio Gomes, hoje Governador do Estado do Paraná, que representa sempre parcela do povo paranaense, é um homem profundamente humano, ele deve tomar providências certas, enérgicas, a fim de regularizar a situação.

Não adianta dar trabalho de três a quatro horas, e pagar a estas serventes, um salário de fome. Mas parece absurdo, a somatória num estabelecimento de ensino que passa a contar com dez serventes, uma etapa de trabalho de quatro horas cada uma. Sempre é melhor do que contar com cinco numa etapa de oito horas. Dez serventes, são dez famílias a darem o voto aos candidatos do atual titular da Secretaria de Educação e Cultura. Porque por várias vezes, quando ele usou a Tribuna da Assembleia, ele criticou a situação das serventes. E hoje, como titular da Secretaria de Educação, nada faz para regularizar esta situação.

Portanto, V. Exa. tem razão, eu dou o meu apoio moral, sim, apoio moral, porque outro apoio, eu não posso dar. E este, V. Exa. o terá sempre em favor destas abnegadas serventes, que de há muito, são desprotegidas da sorte, e que são as serventes da Secretaria de Educação e Cultura.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Agradeço sensibilizado este aparte, que V. Exa. sempre faz nesta Casa defendendo a abnegada classe. Quero dizer neste meu pronunciamento, que V. Exa. justifica um assunto que há muito interessa a nós da Oposição. V. Exa. citou, esclareceu que o atual Secretário de Educação e Cultura já está fazendo política pode se dizer, com o salário destas abnegadas serventes.

Veja, Sr. Deputado! Nós do MDB, o que iremos sentir com isto?

Quero lembrar, ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados, que a modesta Prefeitura de União da Vitória, vem pagando as serventes daquele Município, inclusive, colocando-as em estabelecimentos de Ensino do Estado em Grupos Escolares do Estado do Paraná, salário mínimo, com o direito de contribuir para o INPS. E mais ainda, estão dando condições principalmente às que trabalham no interior, de receber o salário-família, que vem ajudar a suprir a fome destas abnegadas serventes.

O sr. Erondy Silvério — Veja V. Exa. como é fácil resolver o problema. As Prefeituras do interior, como a de União da Vitória, não vê o problema a contento. No entanto eu li na imprensa e sei o que está ocorrendo. Transferiu-se à Diretoria de um estabelecimento de Ensino, a responsabilidade da contratação das serventes. Então, o que foi observado, é a pressão política que se exerce sobre estas diretoras de determinados estabelecimentos, por parte de alguns Deputados da ARENA e por parte de alguns candidatos a candidatos de Deputados, também da ARENA.

Então, o que se está fazendo, é realmente vergonhosa política, em cima de uma classe que hoje não se pode em hipótese alguma, admitir, como aliás, é lei. Ninguém pode trabalhar neste País por menos que o salário mínimo, vigente em cada região. Ademais, como sabe V. Exa., cada trabalhador, deve ter direito aos benefícios da Assistência Social.

O Governo do Paraná não está atentando para o problema. O Sr. Presidente da República precisa ver que uma diretora de um estabelecimento de Ensino não pode contratar serventes e pagar o que bem entender. O Governo do Estado é quem tem que contratar, embora em regime de CLT, pagando o salário mínimo vigente nesta região e inscrevendo-as no Instituto Nacional de Previdência Social.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Agradeço mais uma vez, lembrando ainda que o salário família não depende e não corre por conta dos cofres públicos do Estado, mas sim por conta do próprio INPS. Quero lembrar ainda, que as leis trabalhistas em vigor não se importam com as horas de serviço porque o Governo é obrigado a dar trabalho de 8 horas e pagar salário mínimo. Depois vou me alongar mais e agora dou o aparte ao nobre Deputado Iris Caldart.

O sr. Iris Caldart — Nobre Deputado Domicio Scaramella, congratulando-me com V. Exa. por este notável pronunciamento, quero dizer que recebi

um incentivo para apartar a V. Exa. através do aparte do nobre Deputado Erondy Silvério, que é um ilustre representante do Partido Situacionista, do Partido do Governo. Ele, com coragem e desassombro, vem e denuncia "a priori", denuncia já, antes de uma campanha política, injunções políticas; denuncia fatos escabrosos, que eu estranho sumamente. Eis que estamos há dez anos de uma revolução que foi feita para a modificação dos costumes político-administrativos e a redenção de uma Pátria. Entusiasmei-me e me animei com o aparte do Deputado arenista; e devo oferecer a minha estranheza e a minha denúncia contra a administração do Sr. Secretário de Educação do Estado do Paraná. Em razão dessas injunções políticas que eu também conheço; que eu também vejo, que eu também sinto, pois elas ocorrem já a olho nu na região do Oeste do Estado, na minha Região, com estes cidadãos da empresa que vou dar as iniciais, Sr. Gulín, junto com o nobre Deputado Arnaldo Busato, Deputado Federal e mais um irmão do Sr. Secretário da Educação, que já é candidato também e de um outro cidadão da cidade de Pato Branco, que também está neste esquema político.

Reclamei há questão de uns 8 ou 9 meses ao Sr. Secretário de Educação, dentro de um comportamento meu político moderado, calmo, sereno, um comportamento sem radicalismos, sem maledicência. Reclamava já nos poucos dias que o ilustre Presidente desta Casa assumiu o Governo. Pedia que resolvesse, pelo menos em parte, o problema de educação em Cascavel, pois lá estão 4 mil crianças, em idade escolar, sem escolas.

O Sr. Secretário de Educação prometeu-me que levaria para Cascavel, 18 salas de aula pré-fabricadas. Até hoje não foram. E agora, estes últimos dias, me foi mandado dizer que não há condições de prestigiar de um Deputado da oposição. E as crianças continuam sem escolas, como continua insolúvel o problema das serventes; insolúvel o problema de mais de 15 mil crianças sem escolas em idade escolar, no Oeste do Paraná. Diante disto pode-se decretar desde já a falência desta administração corroborada com as palavras do ilustre Deputado Erondy Silvério. Pode-se então, solenemente decretar a falência da administração do Sr. Secretário de Educação. Receba V. Exa. nobre Deputado o nosso encorajamento e daqui para a frente nós vamos fazer oposição; é a nossa obrigação inclusive. O monstro do temor da revolução eu creio que não deve nos atingir, mais porque não vamos fazer maledicências, vamos denunciar. Casos como este: lá do Oeste do Paraná, o Governo do Estado trouxe 15 milhões de cruzeiros do ICM e não devolveu 1 décimo desse dinheiro àquele povo, sofredor, sedento de justiça, de presença do poder público.

Daqui para a frente, nobre Deputado, vamos exercer nossa função de Deputados da oposição. Seja o que Deus quiser. Aconteça o que acontecer.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Agradeço o aparte de V. Exa., só quero lembrar a V. Exa. que falou já ter feito diversos apelos com relação à construção de diversas salas de aulas, que vamos pedir a Deus que saiam antes de novembro para que a Secretaria de Educação e Cultura possa inaugurar-las antes das eleições. Quanto à referência à oposição, vamos fazer uma oposição construtiva que esclareça o povo do Paraná do zelo deste Governo que aí está.

Com relação às serventes, seria interessante que esta Casa convocasse o Secretário de Educação e Cultura, ilustre Dr. Cândido Martins de Oliveira que conhece o problema das serventes como conhecemos e que S. Exa. viesse à Comissão de Educação desta Casa para dialogar conosco e vermos a possibilidade de resolver este problema.

Então fica o nosso apelo para a convocação do sr. Secretário de Educação e Cultura, para que seja discutido o assunto. O que não se pode é admitir este estado de coisas, pois se assim o fizermos estaremos a permitir uma aberração trabalhista, estaremos nos inculcando de uma barbárie social, e estaremos negando as nossas condições de seres humanos, cristãos e se isto não for, pelo menos inteligentes em pleno uso de nossas razões.

Quero lembrar e conchamar os Deputados que devemos todos nós lutar em favor destas abnegadas serventes. Já fizemos diversos apelos e este não será o último, meu ou dos colegas. Mas, se formos discutir o problema jurídico, cabe uma responsabilidade ao Governo do Estado por não estar cumprindo a lei vigente no País. As firmas particulares tem que cumprir a lei, da a quem doer e o Governo não as conhece e não as cumpre.

Fica o nosso apelo para que o Sr. Secretário da Educação tome providências junto ao Governo do Estado, e tenho certeza de que toda esta Casa irá votar num prazo de 60 ou 90 dias para que o Governo cumpra a lei que rege o País.

Obrigado a todos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência convida os Deputados para a missa de 7.º dia em sufrágio da alma do General do Exército Vicente de Paula Coutinho, dia 30 de maio, às 11.30, na Catedral Metropolitana.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apreciado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda n.º 1, ao Projeto de Lei n.º 36-74, de autoria do Sr. Deputado Emilio Carazzai devidamente apoiada, constante do Expediente. Será anexada ao Projeto.

Emenda n.º 2, ao Projeto de Lei n.º 36-74, de autoria do Sr. Deputado Emilio Carazzai, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apreciado. Será anexada ao Projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

3.ª Discussão — do Projeto de Resolução n.º 25-73, ex-Proposição n.º 89-73 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, este, através dos Institutos Nacional do Livro e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para as finalidades que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.I.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

O SR. PAULO POLI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requiro a chamada nominal dos srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal dos srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos srs. Deputados)

Responderam à chamada nominal 25 srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da Sessão e consequente votação.

2.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 4-71, ex-Proposição n.º 118-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os termos do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL, o Município de Curitiba e as Centrais de Abastecimento S.A. — CEASA-PR, com finalidade que especifica. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 253-73, de autoria do Dep. Quiélse C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Campina Grande do Sul, o trator que especifica, de propriedade da Secretaria da Agricultura e de posse do referido Município em comodato. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 9-74, de autoria do Dep. Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo criar as "Áreas Climáticas" do Estado e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 10-74, de autoria do Dep. David Federman, que declara de Utilidade Pública a Organização Espírita Cristã "Irmã Scheilla", com sede na Cidade de Ponta Grossa. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 36-74, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 20-74, que visa alterar, a partir de 1.º de março do corrente ano, a redação do artigo 3.º da Lei n.º 6.156, de 02-10-70, que dispõe sobre a quota de produtividade. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Ao Projeto foram apresentadas duas Emendas, razão porque será o mesmo encaminhado à Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa. Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomet, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Anibal Paulini, ex-Vice Prefeito Municipal de Quitandinha. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final de vários Projetos de Lei. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que tendo em vista a vigência do novo Regulamento do Transporte Coletivo, a partir do dia 3 de junho próximo vindouro, venham a ser apreciados pelo referido Conselho, todos os processos que se encontram em grau de recurso junto ao Conselho Rodoviário Estadual, sob pena de tal não ocorrendo, serem inúmeros os prejuízos que decorrerão da não apreciação dos mesmos, às empresas de transportes coletivos intermunicipais. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos pela atuação do atual Diretor da Polícia Civil do Estado. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da Tribuna, solicitando à Casa, que já deu seu voto de confiança ao atual Prefeito Municipal de Curitiba, quando da indicação, que ratifique apoio aprovando agora moção de estímulo, para que prossiga na linha de filosofia administrativa, consolidando aqui uma consciência urbanística valiosa e elevada. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 4-74 e dos Projetos de Lei n.ºs 253-73, 9-74, 10-74.

1.a Discussão — dos Projetos de Resolução n.ºs 72-73, 5-74, 12-74 e de Lei n.ºs 278-70 e 162-71.

marcando ainda, uma Sessão para dia 31, sexta-feira, às 10.00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — do Projeto de Lei n.ºs 54-73, 225-73, 232-73, 252-73, 5-74, 25-74, 26-74 e 29-74.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicitei a palavra apenas para requerer a V. Exa. que conste da Ata, que o Requerimento de minha autoria foi aprovado por unanimidade da Casa.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa recebe sua observação e será incluída na Ata a solicitação do Sr. Deputado Erondy Silvério. Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 87-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.377-74 de 02 de abril de 1974, deste Poder.

RESOLVE:

conceder a Maria Leonilda Rocha, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 1.º de abril de 1974.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 88-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

designar o funcionário Sebastião Cordeiro dos Santos, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Paulo Poli.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 89-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.203-74, de 27 de março de 1974, deste Poder.

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 03-74, de 15 de janeiro de 1974, a Jorge Mathias Junior funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 90-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.252-74, de 28 de março de 1974, deste Poder.

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 03-74, de 15 de janeiro de 1974, a José Guilhermino Filgueiras e Ione Maria da Conceição Xavier, ambos funcionários do Quadro de Pessoal deste Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 91-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.127-74, de 27 de março de 1974, deste Poder.

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 03-74, de 15 de janeiro de 1974, a Raul Wolf, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 92-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.507-74, de 04 de abril de 1974, deste Poder.

RESOLVE:

designar a funcionária Laudiceia Rieira dos Santos, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços à Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado Gabriel Manoel.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 93-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.640-74, de 09 de abril de 1974, deste Poder.

RESOLVE:

designar a funcionária Marlene Spena de Macedo, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços à Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado Odilon Reinhardt.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 94-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.246-74, de 28 de março de 1974, deste Poder.

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 03-74, de 15 de janeiro de 1974, a Umbelina Carraro dos Santos e Terezinha de Jesus Formighieri Simões, ambas funcionárias do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 95-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.140-74, de 27 de março de 1974, deste Poder.

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 03-74, de 15 de janeiro de 1974, a João Felipe Chaves Loureiro, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 96-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.587-74, de 05 de abril de 1974, deste Poder.

RESOLVE:

conceder a Luiz Francisco Fontoura, funcionário do Quadro de Pessoal da Assembléia, a partir de 08 de abril de 1974.

agido de 1974, a partir de 08 de abril de 1974.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 97-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.759-74, de 15 de abril de 1974, deste Poder.

RESOLVE:

conceder a Cecília Stuart, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, vinte (20) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 03 de abril de 1974.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 98-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 1.446-74, de 07 de março de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

declarar a nulidade do Edital de Tomada de Preços n.º 05-74, em virtude das firmas licitantes não terem cumprido a condição imperativa constante do item VI do referido Edital.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 99-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 584-74, de 31 de janeiro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

declarar a nulidade do Edital de Tomada de Preços n.º 04-74, em virtude das firmas licitantes não terem cumprido a condição imperativa constante do item V do referido Edital.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 100-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.277-74, de 1.º de abril de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 3-74, de 15 de janeiro de 1974, a Antonio Carlos Lacerda, Roque de Cristo, Terezinha Barbosa de Moura e Claro e Francisco Bubniak, todos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 101-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.280-74, de 1.º de abril de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 03-74, de 15 de janeiro de 1974, a Lydia Schonbachler de Almeida, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 102-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.320-74, de 1.º de abril de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 03-74, de 15 de janeiro de 1974, a Carmen Aparecida Fregonese, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 103-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.385-74, de 02 de abril de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 03-74, de 15 de fevereiro de 1974, a Brígida Lobo Kolarovics, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 104-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.334-74, de 1.º de abril de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 03-74, de 15 de janeiro de 1974, a Farid Luiz Guerios e Eleni Silveira Pavloski, ambos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 105-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.340-74, de 02 de abril de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 03-74, de 15 de janeiro de 1974, a May Fair Perine, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 106-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.434-74, de 03 de abril de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 03-74, de 15 de janeiro de 1974, a Alvaro Sergio Maravalhas e Ruth Camilo Russi, ambos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 107-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.350-74, de 02 de abril de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 03-74, de 15 de janeiro de 1974, a Fernando José Puppi, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 108-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.659-74 de 09 de abril de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

designar a funcionária Maria Dolores dos Santos, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços à Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Francisco Escorsin.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 109-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.310-74, de 1.º de abril de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 03-74, de 15 de janeiro de 1974, a Maria Alexandrina Moreira Foncio, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 110-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.580-74, de 05 de abril de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 03-74, de 15 de janeiro de 1974, a Nicanor de Vasconcelos Souza, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 111-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.817-74, de 15 de abril de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Ana Cristina de Souza, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias referentes ao exercício de 1973, a partir de 17 de abril de 1974.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 112-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.746-74, de 15 de abril de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 03-74, de 15 de janeiro de 1974, a Joana de Biassio da Cunha, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 113-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.715-74, de 15 de abril de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Nelson André de Araujo, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1972, a partir de 01 de abril de 1974.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 114-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 1.649-74, de 13 de março de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

designar o funcionário Lázaro Caetano da Silva, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços à Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Francisco Escorsin, ficando revogada a Portaria n.º 193-72, de 19 de junho de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 115-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.776-74, de 15 de abril de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

I — revogar a Portaria n.º 272-73, de 19 de outubro de 1973, que relatou no Departamento Legislativo, a funcionária Leony Granado, ora à disposição deste Poder; e

II — lotar a funcionária acima citada, no Departamento Administrativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 116-74

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3025-74, de 18 de abril de 1974, deste Poder,

R E S O L V E :

designar o funcionário Wilson Osires Piovesan, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços à Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Basílio Zanusso.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de abril de 1974.

EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE FINANÇAS

7.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 5.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro (1974), na Sala das Reuniões, às dezesseis e trinta (16,30) horas, reuniu-se a Comissão de Finanças sob a Presidência do Senhor Deputado Quíelise C. Silva e contando com as presenças dos Senhores Deputados Antonio Lopes Junior, Igo Losso, João Fadel, Gilberto Carvalho e Alvaro Dias. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 212-73 — de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, que dispõe sobre a transferência de área territorial de um para outro município, desde que se comprove benefícios para a respectiva área e o Município remanescente não perca os requisitos exigidos pela Lei Federal e dá outras providências. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 270-73 — de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que declara de utilidade pública a "Loja Maçonica Fátima e Caridade", da cidade de Nova Fátima. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 01-74 — MENSAGEM N.º 112-73, de autoria do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva doar à Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Jacarezinho, o imóvel de propriedade do Estado que especifica. Relator Senhor Deputado Igo Losso, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 04-74 — de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, que declara de utilidade pública a Junta Beneficente da Igreja Missionária (Jubim), com sede na cidade de Londrina. Relator Senhor Deputado Igo Losso, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 15-74 — de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, que inclui a Série de Classe de Técnicos de Administração Tributária na Tabela n.º I, da Lei n.º 6.212, de 09.08.71. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 19-74 — de autoria do Senhor Deputado Haroldo Bianchi, que cria na "Fundação Estadual Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, os Cursos de "Orientador Educacional" e "Supervisor de Ensino". Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 28-74 — de autoria do Senhor Deputado Rosário Pitelli, que declara de utilidade pública a Liga das Senhoras Católicas da cidade de Sertaneja. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 30-74 — de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva, que autoriza o Poder Executivo doar a Prefeitura Municipal de Rolândia, a data de terras n.º 16 da quadra 69 planta da referida cidade, de propriedade do Estado e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 06-74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 7-74 — Aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Moreira Salles e São Sebastião da Amoreira, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícias locais, bem como a manutenção e conservação dos referidos equipamentos. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

a) Quíelise C. Silva — Presidente

a) Teresinha B. Moura e Claro — Secretária

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

ATA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 7.ª LEGISLATURA

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos Senhores Deputados: Arizone M. de Araujo, David Federmann, Xenofonte Villanueva, Domicio Scaramella. Havendo número le-

gal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, sendo aprovada a Ata da Sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte Projeto de Resolução: PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 21-74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 52-74, oriunda de Mensagem Governamental n.º 18-74 — aprovando termo de Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde Pública, para coleta de dados estatísticos sobre casos de Neoplasmas Malignos. Relator: Deputado David Federmann. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Elza C. Camargo, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é por mim assinada bem como pelo Senhor Presidente, a fim de que produza os efeitos legais.

aa) Dep. Arizone Mendes de Araujo — Presidente

Elza Carneiro Camargo — Secretária

BALANCETE

DECP — CONTABILIDADE GERAL — BALANCETE DO MÊS DE ABRIL 1974

ATIVO

DISPONÍVEL		
Tesouraria	3.367.389,12	3.367.389,12
EXECUÇÃO DA DESPESA		
Venc. e Vantagens Fixas	4.777.701,81	
Desp. Var. c/p. Civil	2.109.183,74	
Material de Consumo	218.531,24	
Serviços de Terceiros	1.015.801,17	
Encargos Diversos	481.000,00	
Desp. Exerc. Anter.	55.964,62	
Subvenções Sociais	1.774.500,00	
Inativos	743.293,99	
Pensionistas	291.366,50	
Salário Família	109.412,80	
Equip. e Instalações	133.877,68	
Material Permanente	6.727,63	
Aux. p/ Obras Públicas	—0—	11.718.361,18
CONTAS PENDENTES		
Despesas Diferidas	—0—	
SOMA DO ATIVO		15.085.750,30

PASSIVO

LIBER. SECR. FAZENDA		
PESSOAL		
Venc. Vantagens Fix.	4.900.000,00	
Desp. Var. c/ P. Civil	2.170.000,00	
Inativos	760.000,00	
Pensionistas	305.000,00	
Salário Família	125.000,00	8.260.000,00
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO		
Material de Consumo	170.000,00	
Serviços de Terceiros	710.000,00	
Encargos Diversos	250.000,00	
Desp. Exerc. Anter.	60.000,00	
Subvenções Sociais	955.000,00	2.145.000,00
CAPITAL		
Equip. e Instalações	410.000,00	
Material Permanente	150.000,00	
Aux. p/ Obras Públicas	1.080.000,00	1.640.000,00
12.045.000,00		
CREDORES		
Despesas Empenhadas	853.330,63	
Despesas Processadas	83.923,42	
Folhas de Pagamento	559.462,23	
Restituições	12.807,21	
Consignações	5.072,26	1.514.595,75
RESTOS A PAGAR		
Empenhados	666.644,07	
Processados	161.101,59	827.745,66
CONTAS PENDENTES		
Outras Contas Pendentes	698.408,89	698.408,89
3.040.750,30		
SOMA DO PASSIVO		15.085.750,30

Palácio XIX de Dezembro, em 05 de maio de 1974.

(Ass. ilegível) — Chefe da Seção de Cont.

(Ass. ilegível) — Chefe da Div. Cont.

(Ass. ilegível) — Contador Geral